

ASPECTOS ÉTICOS NAS PESQUISAS NO COTIDIANO

*ETHICAL ASPECTS OF THE RESEARCH IN DAILY LIFE***Jacqueline Isaac Machado Brigagão****Universidade de São Paulo; jac@usp.br****Resumo****Palavras-chave**Ética
Pesquisa
Psicologia Social
Cotidiano

Neste texto discuto alguns aspectos éticos nas pesquisas no cotidiano, abordando especificamente ética enquanto posturas e posicionamentos que atravessam as práticas de pesquisadores/as. Trata-se de um texto construído a partir da minha experiência como pesquisadora e dos diálogos que tenho travado com as/os pesquisadores/as com que convivo nos grupos de pesquisa e na universidade. Não tenho nenhuma pretensão de abordar todas as dimensões da ética em pesquisa tampouco de estabelecer normativas. Ao contrário, ao explicitar algumas perspectivas espero colocar novas questões para o diálogo sobre esse tema.

Abstract**Keywords**Ética
Research
Social Psychology
Daily Life

In this text, I discuss some ethical aspects in the researching daily life, addressing specifically ethics while postures and positions assumed in the research practices. This text is a product of my experience in research and the dialogues exchanged within my research group. I have no desire to think about all dimensions of research ethics in this text, I just hope to put new issues for dialog on this topic.

Brigagão, Jacqueline Isaac Machado (2016). Aspectos éticos nas pesquisas no cotidiano. *Athenea Digital*, 16(2), 363-372. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1842>

Pesquisar no cotidiano é entendido aqui como um processo relacional, dialógico e reflexivo e que tem efeitos. Nessa abordagem, as pesquisas são socialmente construídas e incluem: negociações de diversas ordens entre o/a pesquisador/a seus/suas diversos/as interlocutores/as, a reflexão crítica sobre os posicionamentos do/a pesquisador/a e os possíveis efeitos de seus questionamentos e de seus relatórios (Spink, P., 2008).

Nesse sentido, a reflexividade é uma dimensão fundamental do processo, já que nos permite questionar e analisar os pressupostos teóricos que nos orientam, as posições e os lugares que ocupamos enquanto pesquisadores. Possibilita também admitir que o conhecimento, as teorias e as pesquisas são produções localizadas e interessadas (Haraway, 1995, pp. 313-346). Além disso, é preciso reconhecer, ainda, que as interações são permeadas de poder e que é necessário estar atento para às relações de poder que se estabelecem entre pesquisadores e participantes (Spink, M. J., 2000; Spink, M. J. e Spink, P., 2014).

Desse modo, pesquisar no cotidiano, assim como viver, implica assumir posicionamentos ético-políticos o tempo todo. Na maioria das vezes, não entramos em conflito nem temos muitas dúvidas sobre que posições assumir. Porém, algumas vezes nos encontramos diante de dilemas e questionamentos sobre o caminho a seguir e quais seri-

am as decisões mais indicadas para cada situação. Nessas ocasiões, os comitês de ética e as normatizações que estes criaram não costumam ajudar muito, porque tratam de aspectos amplos que podem ser generalizados para todos os pesquisadores/as e não das especificidades das situações com as quais nos deparamos no cotidiano. Assim, apesar de reconhecer que as normas sobre ética em pesquisa, como a resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde (CSN), de dezembro de 2012 têm múltiplos efeitos nas pesquisas, não pretendo abordar essa discussão. Vou focalizar em três questões que tenho discutido nos grupos de pesquisa de que participo e que penso ser importante incluir nas conversações sobre ética em pesquisa:

1. Como escolhemos nossos temas de pesquisa (o que pesquisamos? E com quem pesquisamos?).
2. Como pesquisamos?
3. Como preservamos as pessoas e os seus interesses, ao mesmo tempo em que garantimos a publicação dos resultados (o que escrevemos?).

Para pensar essas questões apresento a seguir pequenas histórias que criei, ou seja, histórias fictícias, inventadas a partir de uma colagem de situações do meu cotidiano como pesquisadora e professora de pesquisadores/as. As histórias fictícias, nos permitem articular e organizar narrativas de um modo coerente e, apresentar questões fundamentais para a discussão (Brigagão e Nascimento, 2011; Galindo, Martins e Rodrigues, 2014; Medrado, Spink e Meéllo, 2014).

Uma aluna (que não é minha orientanda em pesquisa, mas tem uma boa relação comigo) veio até minha sala dizendo que precisava de ajuda para o projeto de iniciação científica que estava desenvolvendo. Ela estava agitada, falando rápido e começou dizendo:

— Jac, preciso falar contigo. Acabo de vir da reunião com o grupo de mulheres da minha iniciação, e foi péssimo!

— Entre, sente e me conte o que aconteceu?

— Eu tinha falado com a coordenadora do grupo de expressão corporal do Centro de Convivência da Prefeitura e tinha explicado sobre a pesquisa. E ela me disse que eu poderia ir ao grupo. Quando eu cheguei, ela me apresentou e disse que eu era pesquisadora e que o Comitê de Ética da Prefeitura tinha aprovado a pesquisa e que eu iria participar do grupo. Aí uma das mulheres perguntou quantos anos eu tinha. Respondi: 22 anos. Outra perguntou se eu era solteira? Eu disse que sim. E comecei a apresentar a pesquisa. Disse que o objetivo era estudar sobre como as mulheres de meia idade lidam com as

transformações causadas pela idade e pela morte. Expliquei que a participação era voluntária, como diziam os Termos de Consentimentos Livre e Esclarecido. Tirei os TCLE da pasta, distribuí para todas. Pedi que elas lessem e perguntei se elas tinham dúvidas. Aí uma perguntou: “**Para que** você está fazendo essa pesquisa?” Aí eu disse que era a minha iniciação científica. A outra perguntou o que era iniciação. Eu disse que era a minha primeira pesquisa. Aí a outra falou: “E porque você escolheu pesquisar sobre a morte?” Aí eu já estava nervosa e confusa e disse sem pensar: “_Porque acho que quando vamos ficando velhos começamos a pensar nisso...” Aí a outra, que no começo tinha perguntado quantos anos eu tinha, falou: “_Ah, minha querida, então não é aqui que você deve fazer a sua pesquisa. **Nós não somos velhas e nem estamos preocupadas** com a morte. Pelo contrário, nós **estamos querendo mais é viver tudo que temos direito!**” Aí, eu já estava perplexa e desesperada, porque eu não esperava essa reação, e falei: “_Então vocês não vão deixar que eu assista o grupo?” Aí todo mundo começou a falar ao mesmo tempo, e começaram a me devolver os TCLE(...) E, uma perguntou: “_A gente assina ou não?” Eu já não sabia o que falar; olhei para coordenadora e ela disse: “_Calma, gente! O que vocês acham de ela participar hoje conosco para nos conhecer melhor e a gente conhecê-la? E, outro dia conversamos de novo sobre a pesquisa?” Aí elas disseram coisas como: (...)“Sim, sim... ela pode ficar... não tem nenhum segredo que ela não possa saber... ela pode aprender um pouco da vida”.Fiquei assisti e achei o grupo legal, mas estou péssima porque não assinaram os consentimentos, não teve jeito de pedir para gravar, não falaram nada que eu esperava, e não poderei usar nada daquilo na pesquisa(...)

A primeira questão que essa breve narrativa nos coloca é relativa ao modo como escolhemos os nossos temas de pesquisa. Ainda é muito comum que jovens pesquisadores tenham uma ideia e elaborem um projeto junto com seus orientadores no contexto da universidade. Na maioria das vezes, esses projetos são baseados nos interesses dos jovens e/ou dos orientadores, fruto das dúvidas e angústias destes e muito pouco ou nada vinculados aos interesses ou demandas das pessoas ou dos grupos com os quais pretendem desenvolver a pesquisa. Muitas vezes, como na narrativa acima, o primeiro contato com os possíveis colaboradores da pesquisa ocorre depois que o projeto está pronto e aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da instituição a que se vinculam. Daí a surpresa da aluna diante da reação das mulheres. Ela não imaginava que o projeto, em que ela gastou tanto tempo delimitando e discutindo com a orientadora, pudesse não fazer sentido para o grupo de mulheres que ela queria pesquisar.

Nesse contexto, parece-me que a primeira dimensão ética estaria no reconhecimento de que, numa perspectiva dialógica, os problemas que escolhemos para pesqui-

sar precisam fazer sentido para os/as pesquisadores/as, mas também para os grupos onde desenvolveremos a pesquisa para que seja possível diálogos e colaboração. De acordo com Mary Jane Spink (2007, p. 7), “pesquisar no cotidiano” implica que:

Seremos partícipes dessas ações que se desenrolam em espaços de convivência mais ou menos públicos. Fazemos parte de fluxo de ações, somos parte dessa comunidade e compartilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações.

Assim, pesquisar no cotidiano implica que o/a pesquisador/a já esteja inserido/a, ou em vias de se inserir, no cotidiano de um determinado grupo. Dito de outro modo, antes do início da pesquisa, geralmente, há duas posições possíveis para o/a pesquisador/a: dentro e fora. Na primeira, estamos totalmente inseridos/as no campo-tema (Spink, P, 2003) e as questões que nos incomodam e que nos levam a elaborar as pesquisas surgiram das nossas vivências diárias e das observações sobre um determinado grupo ou temática. Um bom exemplo é a pesquisa sobre o cuidado em casos de óbito fetal, que estou desenvolvendo junto com a professora Roselane Gonçalves e as estudantes do curso de Obstetrícia. As questões são o resultado da nossa experiência como docentes, das conversas com as mulheres e suas famílias antes, durante e depois do parto e dos diálogos com as estudantes sobre os desafios dos estágios profissionalizantes. Nesse caso, somos parte do campo-tema e, a partir de questões compartilhadas, elaboramos o projeto de pesquisa.

Na segunda posição quando estamos fora do cotidiano do grupo pesquisado, precisamos nos inserir para realizar a pesquisa. Nessa situação, é importante que durante a elaboração do projeto de investigação, quando ainda estamos discutindo e delimitando os objetivos, possamos nos aproximar do campo-tema, buscar compreender quem são as pessoas com que queremos pesquisar, quais são os termos que elas utilizam para se comunicar entre si, como vivem, quais são os problemas que vivenciam no dia a dia. Principalmente, se nossas questões fazem sentido para elas e em que medida desejam colaborar com a nossa pesquisa. Essa primeira aproximação é fundamental para estabelecer um canal de diálogo e, mesmo nos casos em que os principais interessados na investigação continuem sendo os/as pesquisadores/as, é fundamental que os/as participantes reconheçam a importância da pesquisa, já que esta demandará o envolvimento daqueles. Nessa perspectiva é comum que os/as pesquisadores, ao se aproximarem dos/das participantes e dos problemas que estes vivenciam, construam os objetivos da investigação em diálogo com os/as participantes.

Trata-se de conhecer as sociabilidades e materialidades que constituem as lógicas locais e de poder propor pesquisas que sejam reconhecidas e úteis também para as pessoas nelas envolvidas. Para a estudante da primeira história o fato de ter a aprova-

ção do comitê de ética era suficiente para atestar que se tratava de um projeto viável. Mas temos de nos lembrar que, para além dos aspectos normativos, quando as pesquisas envolvem pessoas, elas são um empreendimento colaborativo, já que queremos que respondam às nossas questões e nos permitam observar e participar de suas rotinas. Daí a importância de reconhecer que, quando perguntamos algo a alguém, partimos da suposição de que esse alguém irá responder e que quer colaborar conosco (Lyotard, 1997).

Por outro lado, esse envolvimento dos/das participantes também gera expectativas e exige do/da pesquisador/a uma postura responsável e comprometida. As expectativas não se restringem somente ao desejo de conhecer os resultados e receber um exemplar de nossas publicações, mas são, antes, um compromisso com as questões locais, já que passamos a ser parte do cotidiano e alguém com quem os/as participantes podem contar. Muitas vezes, somos solicitados a contribuir em outras questões e problemas, já que somos vistos como especialistas. Por exemplo, um dos grupos comunitários que pesquisamos precisava fazer uma carta para solicitar explicações da prefeitura; então, fomos convidadas a redigir a carta junto com o grupo para garantir que sua escrita estivesse dentro da norma culta. Aceitamos a tarefa, com prazer, não somente por poder colaborar com algo que era importante para o grupo, mas, sobretudo, porque sentimos que o grupo sabia que podia contar conosco, mesmo em atividades não relacionadas com a investigação. Aqui a postura ética que pauta as relações parte do pressuposto de que, ao fazer pesquisa, a colaboração é um processo de mão dupla: esperamos que os/as outros/as colaborem conosco e estamos dispostos a colaborar com eles/as. Essa postura é fundamental para manter a conversação fluindo.

Quando fazemos pesquisa no cotidiano estamos interessados em saber o que ocorre nos contextos investigados. Como se chegou a essa realidade? O que querem essas pessoas? Quais são os recursos, os saberes e os poderes que estão em jogo? Mas o modo de buscar essas respostas e de fazer essas perguntas implica reconhecer os/as colaboradores/as como pessoas como nós, que podem fazer parcerias e colaborar conosco. E, parece-me que essa possibilidade de parceria, onde o outro não é visto como menor ou menos inteligente/capaz, mas sim como uma pessoa como nós, que podemos desenvolver práticas de pesquisa dialógicas, que ultrapassam a dimensão pergunta e resposta, contribuindo, assim, para o empoderamento e a emancipação de todas/os envolvidos, e não somente do/a pesquisador/a.

Assim, a postura ética que orienta essas relações está em buscar estabelecer relações com as pessoas do modo mais horizontal possível, reconhecendo que os saberes locais são tão válidos quanto os saberes e as teorias acadêmicas. Assumir esse posicionamento nem sempre é simples ou fácil, já que há na nossa sociedade uma grande va-

lorização da academia e da universidade, que, tendencialmente, atribuem muito poder às ciências.

Nas pesquisas no cotidiano a colaboração é entendida como uma estratégia que irá orientar os modos como entramos num determinado campo-tema, como vamos nos movendo nele, fazendo perguntas, observando, conversando. E tenho discutido bastante sobre o desafio de garantir que os relatórios e textos transmitam essa dimensão colaborativa, bem como garantam que os princípios éticos que norteiam os modos de pesquisar orientem também a escrita. Vou usar outra história fictícia para ajudar a pensar essa questão:

Pesquisadora 1: Sabe aquela pesquisa colaborativa que estou fazendo com aquele grupo de mulheres? Finalmente fechei o texto para o congresso! Vou fazer uma reunião com elas e discutir o texto.

Pesquisadora 2: E se elas não concordarem?

Pesquisadora 1: Aí discutimos e tentamos entrar num consenso.

Pesquisadora 2: Como assim? Você vai mudar os resultados que encontrou se elas não concordarem?

Pesquisadora 1: Não se trata de mudar os resultados, mas de discuti-los e de confirmar se a minha leitura/interpretação faz sentido para elas. E, se houver discordância em algum ponto crucial, apontarei na escrita final a divergência. Ou seja, espero que essa discussão enriqueça o texto.

(Dias depois...).

Pesquisadora 2: E aí, como foi?

Pesquisadora 1: Foi ótimo, levei a apresentação no PowerPoint e íamos lendo e discutindo. Elas disseram que estava incompleto e, à medida que íamos discutindo, uma delas, que sabia usar o PPT, fazia as alterações.

Pesquisadora 2: E a autoria?

Pesquisadora 1: Desde que inscrevi o trabalho já havia colocado o nome de todas as participantes e cinco mulheres foram ao congresso participar da apresentação.

Esse relato refere-se a uma pesquisa que buscou garantir a colaboração em todas as suas etapas. Isso só foi possível porque, desde o início, o grupo concordou que seria um trabalho colaborativo e que os resultados seriam sistematizados em textos para congressos e publicações. Além disso, o grupo achava relevante discutir a problemáti-

ca que estávamos estudando em fóruns públicos. Vale lembrar que se tratava de um texto para uma apresentação, sendo por isso mais curto, o que permitiu o uso de expressões da tradição oral. Nos textos para publicação essa tarefa é mais complexa, demandando, no momento da escrita, muitas mãos, muitos argumentos. Por isso, quase sempre é preciso um/a editor/a para organizar e harmonizar as contribuições, de forma a construir um texto coeso. Um outro problema está na submissão para as revistas científicas, que muitas vezes não aceitam artigos com muitos autores e tendem a classificar os textos colaborativos não como de pesquisa, mas como relato de experiência. Ainda é difícil explicar que os participantes são colaboradores da investigação e não objetos de intervenção por parte de acadêmicos. E, como colaboradores em todas as fases, são legítimos coautores, já que a escrita final é o resultado das trocas de conhecimento e da produção de novos conhecimentos em diálogo.

Apesar de todas as exigências disciplinares, para os artigos científicos e os relatos de pesquisas parece-nos fundamental continuar buscando estratégias que possibilitem escrever um texto que transmita a polifonia presente nas pesquisas no cotidiano. Muitas vezes, durante a pesquisa, nas conversas individuais e/ou grupais, busco organizar o que estou entendendo de um determinado problema e/ou situação e perguntar aos/as interlocutores/as se é isso mesmo, se posso escrever exatamente aquilo. Minimamente, essa estratégia possibilita confirmar as interpretações, ampliá-las e dar espaço para que os/as nossos/as interlocutores/as saibam o que estamos pensando e o que pretendemos relatar.

Principalmente nas pesquisas qualitativas, um dos modos tradicionais que têm sido utilizados para incluir as vozes dos colaboradores/as são as citações literais, às vezes empregadas para ilustrar um argumento e/ou dar consistência às interpretações que apresentamos. Na maioria das vezes, os dados de identificação são retirados do texto para garantir o anonimato dos/das colaboradores/as. Mas nem sempre isso é possível. Por exemplo, uma pesquisadora que fez a sua investigação no único hospital do município. Ela nos conta que desde o princípio discutiu com os/as colaboradores/as explicando que não usaria seus nomes reais, mas observou que, ao colocar os cargos que ocupavam, seriam facilmente identificados. Como os/as participantes não queriam ter sua identidade revelada, com medo de possíveis punições e/ou perseguições, decidiram que em todos os casos a pesquisadora utilizaria apenas o termo “profissional de saúde”. Essa questão do anonimato é complexa e, apesar de tradicionalmente ser a regra, o sigilo também precisa ser negociado, já que algumas vezes os/as colaboradores/as da pesquisa desejam ser identificados, como apontam Mariana Prioli Cordeiro, Tiago Ribeiro Freitas, Simone Conejo e George de Moraes Luis (2014, p. 54):

Há casos em que os(as) participantes querem ser identificados(as) – isso é bastante comum quando entrevistamos, por exemplo, membros de movimentos sociais. Por essa razão, em alguns casos, elaboramos o termo de consentimento com a possibilidade de escolha e pedimos que o(a) participante assinale a opção que melhor lhe convier (“quero que meu anonimato seja mantido” ou “não quero que meu anonimato seja mantido”).

Assumir desde o princípio que a pesquisa é um trabalho que tem entre os seus objetivos a escrita e a publicação de resultados possibilita estabelecer um diálogo com os/as colaboradores/as pautado na ética e no respeito aos interesses de cada um. Implica dizer que os termos de consentimentos informados devem ser elaborados não a partir de regras gerais, mas sim da especificidade de cada investigação.

A escrita dos resultados da pesquisa implica, ainda, decisões e escolhas que são orientadas pelos princípios éticos e também por uma reflexão constante sobre os possíveis efeitos dos textos publicados. Assim, ao decidir sobre o que será colocado nos relatórios das pesquisas e nos artigos científicos, as questões que se apresentam, em muito, ultrapassam o fato de colhermos as assinaturas e guardarmos os Termos de Consentimentos Livres e Esclarecidos. Trata-se de assumir que a divulgação dos resultados das pesquisas também tem efeitos, que coloca em circulação repertórios e noções que não são neutros e têm implicações.

Algumas vezes, precisamos negociar os modos de escrita de maneira a garantir a proteção das pessoas envolvidas, mas também que nosso argumento principal não se perca. No âmbito da polêmica sobre a publicação ou não de biografias não autorizadas, no Brasil, uma entrevista com o escritor Gary Giddins (2013 p. 137), publicada no Caderno Aliás do jornal *O Estado de S. Paulo*, nos deu um bom exemplo dessa negociação entre editor e escritor. A jornalista pergunta:

Seu último livro biográfico, “Secret Historian: The Life and Times of Samuel Steward”, trata de um personagem que teve não só uma vida literária como também uma intensa e incomum vida sexual. Como foi assumir o papel de revelar tantos dados desconhecidos do público?

Giddins: Escrevendo a biografia do Sam Steward, tive que passar por uma detalhada revisão legal dentro da editora para que a publicação fosse autorizada. O problema, nesse caso, não eram instruções dele ou exigências do executor do espólio, e sim centenas de parceiros sexuais masculinos, muitos deles com uma vida pública heterossexual, homens casados. O editor sugeriu que déssemos pseudônimos para *proteger a privacidade* de viúvas ainda vivas e dos filhos, e eu concordei. Afinal, *a credibilidade da narrativa não foi comprometida* e pode ser confirmada pelos arquivos de Steward, um diarista me-

ticuloso. Os arquivos foram transferidos recentemente para a Beinecke Library, da Universidade Yale, e *estão abertos ao público* (grifos nossos).

Nesse trecho fica evidente que, ao publicar biografias, há uma preocupação com os processos judiciais, em razão dos possíveis efeitos da publicação na vida das diversas pessoas envolvidas nos relatos, e não somente com os familiares do biografado, já que as histórias são compartilhadas por muitas pessoas neste caso, pelos seus parceiros sexuais. Por outro lado, o autor busca estratégias para garantir que a narrativa não seja prejudicada e que a história que está contando não fique incompleta.

No relato das pesquisas acontece o mesmo: por um lado, é importante organizar as narrativas de modo a buscar garantir que os resultados sejam apresentados e, por outro, que os/as colaboradores/as não sejam negativamente afetados com a publicação e pelos modos como organizamos as narrativas de nossas pesquisas.

Pesquisar no cotidiano nos leva a conhecer muitas pessoas, estabelecer muitos diálogos. Possibilita muitas aprendizagens tanto para os/as pesquisadores/as como para os/as colaboradores/as que, nos encontros e conversas, compartilham questões, respostas, interpretações e produzem sentidos sobre o campo-tema da pesquisa. Trata-se, portanto, de um empreendimento colaborativo que envolve pessoas, materialidades, grupos e instituições, demandando uma constante reflexão sobre as posturas éticas que assumimos, desde a elaboração do projeto até a escrita dos relatórios finais. Trata-se de entender ética não como conjunto de regras e prescrições fixas, mas como posicionamentos de abertura e de reconhecimento dos outros/as ao longo de todas as fases da pesquisa.

Referências

- Brigagão, Jacqueline Isaac Machado & Nascimento, Vanda Vitoriano (2011). Grupos como estratégia de cuidado na promoção da saúde. In: Ana Cleide Moreira, Oliveira Paulo de Tarso de Guedes Mary Jane Spink, Jacqueline Brigagão, Vanda Nascimento, Mariana Prioli & Pedro Paulo Piani (Orgs.), *Cuidado e saúde – práticas e sentidos em construção* (pp. 1-16). Belém: Pakatatu.
- Cordeiro, Mariana Prioli; Freitas, Tiago Ribeiro; Conejo, Simone & Luis, George de Moraes (2014). Como pensamos ética em pesquisa. In: Mary Jane Spink, Jacqueline Brigagão, Vanda Nascimento & Mariana Prioli. *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 31-56). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de: http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_A_producao_de_informacao.pdf
- Galindo, Dolores; Martins, Mário & Rodrigues, Renata Vilela (2014). Jogos de armar: narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da

- pesquisa. In: Mary Jane Spink, Jacqueline Brigagão, Vanda Nascimento & Mariana Prioli: *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 167-184). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de: http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_A_producao_de_informacao.pdf
- Giddins, Gary (2013, Outubro 20). Pisando em egos. *Jornal o Estado de São Paulo. Caderno Aliás* p. 137.
- Haraway, Donna (1995). *Ciência, ciborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Valencia: Cátedra.
- Lyotard, Jean-François (1997). *O inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Medrado, Benedito; Spink, Mary Jane & Mélllo, Ricardo Pimentel (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Mary Jane Spink, Jacqueline Brigagão, Vanda Nascimento & Mariana Prioli. *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 273-294). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de: http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_A_producao_de_informacao.pdf
- Spink, Mary Jane (2000). A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Psico*, 31(1), 7-22.
- Spink, Peter Kevin (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 1, 18-42. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822003000200003>
- Spink, Mary Jane (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 7-14. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000100002>
- Spink, Peter Kevin (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20, 70-77. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822008000400010>
- Spink, Mary Jane & Spink, Peter Kevin (2014). Produzir conhecimento não é um ato banal: um olhar (pós)construcionista sobre ética na pesquisa. In: Carla Guanaes-Lorenzi, Murilo Moscheta, Clarissa Corradi-Webster & Laura Souza (Orgs.), *Construccionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento* (pp. 130-142). Rio de Janeiro: Instituto Noos.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)